



Câmara Municipal dos Mosteiros

Programa de Governação Municipal dos Mosteiros 2016- 2020

Município dos Mosteiros, novembro de 2016

Índice

Introdução	2
1 Um novo paradigma de governança municipal	3
1.1 Nossa missão	3
1.2 Nossa visão	3
1.3 Uma gestão democrática, participada e transparente.....	4
1.4 Um desenvolvimento harmonioso e integrado do município	4
1.5 Uma aposta forte no <i>empowerment</i> do setor privado local.....	4
1.6 Por uma gestão rigorosa das finanças locais.....	4
2 Objetivos estratégicos do programa	5
3 Compromissos para o mandato	6
3.1 Urbanismo	6
3.2 Pesca, agricultura e pecuária.....	7
3.3 Habitação, água, energia e saneamento	7
3.4 Turismo.....	8
3.5 Juventude e Formação	8
3.6 Cultura	8
3.7 Desporto e recreação.....	9
3.8 Cooperação descentralizada.....	9
3.9 Governação eletrónica	9
3.10 Governação Municipal.....	9
Conclusão	10

Introdução

Nos últimos anos, o município dos Mosteiros tem dado passos largos e firmes no seu processo de desenvolvimento social, económico e cultural. Uma análise retrospectiva sobre esse processo, vislumbra, por um lado, uma panóplia de ganhos de percurso nos mais diversos setores, designadamente saúde, saneamento, educação, água, habitação social, energia, cultura, desporto, infraestruturas, entre outros. E, por outro lado, alude um conjunto de desafios socioeconómicos a vencer, sobretudo nos domínios do combate ao desemprego e à pobreza, como também nos domínios da urbanização e do planeamento estratégico, enquanto motores de desenvolvimento sustentável.

Mosteiros é um município com grandes potencialidades económicas. Agrícolas e pecuárias. Culturais, turísticas e pesqueiras. Conquanto, ainda temos uma economia local frágil, decorrente não da falta de uma visão estratégica de desenvolvimento integrado desses setores, mas sim pela ausência de incentivos e mecanismos de financiamento, sem negligenciar a ausência de um tecido empresarial local forte, capaz de alavancar essa mesma economia.

O desemprego jovem, mormente entre os recém-formados, é um problema estrutural e, como tal, pressupõe medidas de políticas integradas entre o Governo da República e a Câmara Municipal dos Mosteiros, como também impõe mais ousadia, ambição e espírito de empreendedorismo por parte da nossa juventude.

Neste contexto, não obstante os ganhos conquistados, temos a plena consciência do extenso e árduo caminho que temos a percorrer em matéria de desenvolvimento social e económico dos Mosteiros, no sentido de garantirmos felicidade e melhores condições de vida a todos os munícipes. Importante notar, que a governação municipal entre 2016 e 2020, esteeda num novo modelo de governação local e *designe* institucional, focados nas reais necessidades e expetativas dos munícipes, colocará a devida tónica nos fatores e recursos endógenos de desenvolvimento municipal, envolvendo todos os seus *stakeholders* na construção das condições propícias para o efeito.

A elaboração do Programa de Governação Municipal dos Mosteiros 2016-2020 estriba-se no Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Mosteiros (PEDM), Estudo Diretor sobre a visão do desenvolvimento municipal até 2020 e a Plataforma Eleitoral “Mosteiros, o nosso

compromisso”, sufragada nas últimas eleições autárquicas de 4 de setembro de 2016. Apoiar-se igualmente, nos indicadores sociais e económicos do município, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas, bem como nas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – a nova agenda de ação até 2030, da Organização das Nações Unidas.

Assim sendo, o Programa ora apresentado tem a marca da ambição, da ousadia e do otimismo. Acreditamos que o município dos Mosteiros dará um grande salto, em termos de desenvolvimento, tendo em conta as suas potencialidades endógenas, bem como os projetos e investimentos que serão concretizados ao longo deste mandato.

1 Um novo paradigma de governança municipal

A Câmara Municipal dos Mosteiros tem um plano de ação para, nos próximos quatro anos, encetar a materialização dos compromissos vinculados na Plataforma Eleitoral, sufragada nas eleições autárquicas de 4 de setembro de 2016, que se estriba nos seguintes pressupostos:

- Na definição de uma visão para o Município e dos seus objetivos de desenvolvimento a curto prazo.
- No entendimento que o Município tem potencial de desenvolvimento agrícola, pecuário, pesqueiro, comercial, turístico e cultural.
- Na aceção de Mosteiros almejar ser um espaço equipado, com munícipe educado, querendo nós que tenha empregos, redução da pobreza e criação da riqueza.
- Na convicção de que o munícipe seja sempre fonte e destino das soluções e não súbditos chamados a participar apenas nos momentos eleitorais.

1.1 Nossa missão

Edificar um município coeso, próspero com oportunidades para todos, implementando políticas públicas de desenvolvimento social e económico sustentáveis.

1.2 Nossa visão

Ser uma câmara de referência no contexto da governação local cabo-verdiana, adotando um modelo de governação estribado nos Princípios da transparência, responsabilidade e *accountability*.

1.3 Uma gestão democrática, participada e transparente

A verdadeira democracia exige mecanismos de comunicação eficientes e eficazes entre as instituições públicas e os cidadãos. Ao longo deste mandato, a Câmara Municipal dos Mosteiros dará uma atenção especial à criação de mecanismos que revigorem a participação dos munícipes na definição das prioridades e investimentos municipais, nomeadamente no Plano de Atividades e Orçamento do Município, e.g. através do Orçamento Participativo e várias foras de debate e diálogo que percorrerão todas as localidades do município. Neste contexto, o nosso modelo de governação eletrónica priorizará a perfilhação de um conjunto de ferramentas eletrónicas que visam, por um lado, aproximar a administração pública local do seu cliente final (os munícipes) e, por outro, tornar mais transparente e inteligível os processos decisórios.

1.4 Um desenvolvimento harmonioso e integrado do município

O novo paradigma de desenvolvimento do município dos Mosteiros sustentará numa visão holística e sistémica, assim como num plano integrado de desenvolvimento, alinhado com as dinâmicas e especificidades de cada localidade ou sub-região do município. Neste sentido, para além da adoção de um robusto e ambicioso plano de requalificação urbana para todo o município, serão priorizados, a nível de cada localidade, pequenos investimentos que visam potenciar, sobretudo, o desenvolvimento da agricultura, pecuária, pesca e turismo.

1.5 Uma aposta forte no *empowerment* do setor privado local

O setor privado desempenha, nas economias emergentes, um papel preeminente na criação de emprego sustentável e qualificado, bem como na dinamização da economia. Com base nesses dois pressupostos, a Câmara Municipal priorizará, nos próximos quatro anos, a criação de incentivos e mecanismos que potenciem o setor privado local e estimulem a iniciativa privada, principalmente através da terciarização de alguns serviços municipais, criação de empresas municipais e parcerias público-privadas.

1.6 Por uma gestão rigorosa das finanças locais

A atual conjuntura económica internacional e nacional, caracterizada pela escassez de recursos financeiros para suportar os investimentos públicos, exige cada vez dos governos municipais uma gestão rigorosa e sadia dos dinheiros públicos. E uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos pressupõe o combate sem tréguas à despesa supérflua e ao desperdício. Neste sentido, a Câmara Municipal, além de revigorar os seus mecanismos de *accountability*,

reforçará igualmente as suas medidas de contenção e racionalização das despesas públicas, por forma a que os investimentos realizados produzam, segundo a lógica do critério de Pareto, externalidades positivas para todos os municípios sem exceção.

2 Objetivos estratégicos do programa

Ao longo deste mandato, propomos materializar os seguintes objetivos:

- Definição de um novo quadro de parceria e de cooperação com o Governo da República, baseado no respeito às autonomias efetivas e competências institucionais, consagrado no modelo da subsidiariedade, com as Câmaras Municipais do Fogo, assente no diálogo intermunicipal e com vista à redefinição da ilha do Fogo como Região do Desenvolvimento, e com as Câmaras Municipais, nacionais e estrangeiras, com as quais haja acordos de geminação.
- Montagem de um quadro de interesse estratégico da ilha do Fogo, a partir da perspetiva municipal e intermunicipal, em eixos como:
 - ✓ Upgrade do Aeroporto de São Filipe em Aeroporto Internacional do Fogo;
 - ✓ Requalificação e alargamento do Porto Barca Baleeira;
 - ✓ Conclusão do Anel Rodoviário do Fogo;
 - ✓ Criação do Centro de Monitoramento do Vulcão do Fogo;
 - ✓ Criação de uma Base Logística e Operacional de Proteção Civil;
 - ✓ Criação da Sociedade de Desenvolvimento Integrado da Ilha do Fogo.
- Criação de espaços públicos de qualidade, determinantes para a melhoria dos municípios e para atrair investimentos e empreendimentos ao Município.
- Implementação de um teleférico entre a Cidade da Igreja e as Zonas Altas, com qualificação dos miradouros para o turismo paisagístico.
- Contribuição para o alargamento do sistema educativo e para a introdução mais assertiva da formação profissional técnica e a oferta do ensino superior.
- Alargamento das redes sociais e culturais, desenvolvendo os fatores de identidades e de diferenciação, não só em abono da fruição dos municípios, mas para alavancar os serviços, o comércio e o turismo no Município.
- Valorização consequente do património material e imaterial, bem como ambiental dos Mosteiros.
- Candidatura da Floresta do Monte Verde a Património Natural.

- Valorização dos produtos *made in* Mosteiros, com tónica no café e no vinho das Zonas Altas, e criação das Casas dos Mosteiros, em todo o País, para a promoção dos fazeres do Município.
- Inauguração da Casa e do Monumento ao Emigrante, fazendo tributo a toda a comunidade dos Mosteiros espalhada pelo Mundo.
- Introdução das políticas de desenvolvimento municipal integrado e requalificação do Plano Diretor Municipal, dando respostas efetivas à nova ambição do progresso do Município.
- Implementação de um programa municipal de Habitação de Custo Controlado e de Restauração de Casas, bem como instalação de eletrificação pública por todas as localidades e da rede de transporte intra e intermunicipal.
- Montagem da rede de intervenção para o Desenvolvimento dos Mosteiros para, em conjunto com os parceiros interessados, potenciar os resultados camarários e comunitários no Município.

3 Compromissos para o mandato

Aprumado com os ganhos alcançados no último mandato e os desafios ainda por vencer, após profunda auscultação dos munícipes e do equacionamento das medidas de governação autárquica a observar, eis os nossos compromissos, em forma de ações, de acordo com as áreas e domínios sobre a nossa jurisdição:

3.1 Urbanismo

- Adoção de um ambicioso plano de requalificação urbano que imprimirá um novo layout arquitetónico e paisagístico ao município dos Mosteiros;
- Transformar o largo “Nha Maisanta”, no centro da cidade, num espaço cultural de excelência;
- Negociar, com o Governo, a construção da estrada de acesso à Chã das Caldeiras via Achada Maurício;
- Transformar o ex-aeródromo dos Mosteiros numa Base Regional de Proteção Civil, em parceria com o Governo da República;
- Construção, em parceria com o Governo e privados, do hipódromo dos Mosteiros;

- Construção da via Boca Fonte/ Milho Branco, em Atalaia;
- Relançamento, em parceria com o Governo, do projeto de construção do Cais de Baía do Corvo;
- Edificação do primeiro Parque Infantil do Município.

3.2 Pesca, agricultura e pecuária

- Industrialização do setor das pescas;
- Montagem de um sistema de frio para a conserva do pescado;
- Capacitação técnica dos pescadores e peixeiras;
- Reforço dos mecanismos de segurança dos pescadores, com a aquisição de coletes de salva-vidas e dispositivos eletrónicos de emissão de alerta em alto mar, sobretudo em situações de naufrágio iminente;
- Aquisição de embarcações de fibras e motores de poupa para apoiar os pescadores locais;
- Criação de um Gabinete Estratégico para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e pesca, no município;
- Criação, em parceria com o Governo da República, de um fundo municipal para o financiamento de projetos nos setores de agricultura e pecuária;
- Gerar incentivos para estimular o aparecimento de pequenas unidades fabris de transformação de produtos agropecuários;
- Fomento do agronegócio;
- Promover a internacionalização dos nossos produtos agropecuários, através da criação da marca made in Mosteiros.

3.3 Habitação, água, energia e saneamento

- Perfilhação de um novo layout de políticas públicas de habitação para o município, nivelado com as políticas habitacionais do Governo da República;
- Construção de 30 moradias para as famílias carenciadas;
- Construção de 300 casas de banho;
- Colaborar na viabilização das políticas públicas nacionais para habitação;
- Cobertura da rede pública de abastecimento de água a 100%, no município;
- Ligação domiciliar de água a 100%;
- Promover a sustentabilidade energética, com a introdução de energias limpas em alguns pontos do Município, designadamente praças e avenidas;
- Criação do aterro municipal/intermunicipal, em parceria com as outras edilidades da ilha;
- Realização de estudos para a implementação de um sistema de esgoto e tratamento de águas residuais no município;
- Expansão dos espaços verdes;
- Aquisição de um novo camião de lixo;
- Criação do viveiro municipal.

3.4 Turismo

- Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico (regional e municipal), no âmbito do Projeto FATA;
- Criação do roteiro turístico municipal, em parceria com as agências de viagem e operadores turísticos do município;
- Sinalização da rota turística Chá das Caldeiras, Monte Velha à Pai António;
- Melhoria das condições de acesso aos pontos de maior interesse turístico;
- Formação e capacitação dos agentes turísticos locais;
- Incentivar a criação de um serviço turístico municipal;
- Fomento do turismo de montanha, turismo cultural e desportivo;
- Promoção da Mostra Gastronómica “Sabores de Mosteiros”;
- Criação do clube náutico no centro da cidade.

3.5 Juventude e Formação

- Fomento do Cooperativismo juvenil;
- Reforço dos mecanismos de financiamento do ensino superior, através da criação de um fundo municipal de ensino superior;
- Criação do Centro Municipal de Formação Técnico-profissional em parceria com o IIEFP e instituições portuguesas com as quais temos protocolos de cooperação, alinhando as ofertas formativas com as necessidades de desenvolvimento económico do município;
- Alargar as oportunidades de formação superior aos nossos jovens, negociando bolsas de pós-graduação (mestrado e doutoramento), com as instituições portuguesas com as quais temos protocolos de cooperação;
- Apoio à criação e reestruturação das estruturas juvenis locais;
- Ampliar as bases de cooperação com as instituições de Ensino Superior portuguesas, no sentido de receberem os nossos estudantes/formandos para estágios profissionais;
- Colaborar na criação do Polo Universitário da ilha do Fogo;
- Criação das Casas da Juventude, enquanto espaços de educação não formal, de informação e de formação, mas também de ocupação de tempos livres, de lazer e de convívio.

3.6 Cultura

- Conceção da Agenda cultural do município;
- Edificação do Museu do Café;
- Criação da Escola Municipal de Arte e Ofícios;
- Apoiar projetos no âmbito do teatro, dança e música;
- Implementar a Rede Concelhia de Bibliotecas Escolares;
- Criação do rótulo “made in Mosteiros”, para os produtos artesanais locais;
- Candidatura de “Talaia Baxu” e “Xutis” a património cultural nacional;

- Promover a nacionalização e internacionalização dos produtos artesanais locais.

3.7 Desporto e recreação

- Operacionalização do Conselho Municipal do Desporto;
- Aposta na massificação do desporto;
- Apoiar ao desenvolvimento de outras Modalidades, numa tentativa de ecletização do Desporto no Concelho;
- Arrelvamento de um campo de treino no município;
- Estimular a criação da região desportiva norte da ilha;
- Edificação de um pavilhão desportivo no município;
- Institucionalização da minimaratona dos Mosteiros;
- Reforço dos mecanismos de financiamento do desporto no município;
- Operacionalização do Programa Municipal do Desporto.

3.8 Cooperação descentralizada

- Buscar novas parcerias internas e externas;
- Alargar a cooperação com as câmaras europeias e africanas;
- Promoção de diálogo estreito com outras autarquias cabo-verdianas e o Governo da República.

3.9 Governação eletrónica

- Prestação de alguns serviços públicos municipais, por via eletrónica;
- Criação de um balcão de atendimento público online;
- Criação de praças e escolas digitais, em parceria com o Governo da República;
- Remodelação do site da CMM para atender às demandas da governação eletrónica.

3.10 Governação Municipal

- Geração de mecanismos que fomentam a participação dos munícipes nos processos de tomada de decisão e implementação de políticas públicas de desenvolvimento social e económico dos Mosteiros;
- Reforço dos mecanismos da transparência e accountability, na gestão da coisa pública;
- Redimensionamento do Orçamento Participativo Municipal;
- Aprovação dos planos urbanísticos detalhados das localidades;
- Revisão do PDM e do PEDM;
- Criação da Ouvidoria Municipal e da Provedoria do Município;
- Adoção de um novo paradigma/modelo de instituição das parcerias e geminações intermunicipais;
- Criação da Sala do Município.

Conclusão

O atual programa não é obra de um exercício individual. Resulta, antes, do contributo de todos os munícipes e, principalmente, dos atores de desenvolvimento económico deste município. Assim sendo, com este Programa de Governação, a Câmara Municipal pretende dar um novo impulso à agenda de transformação deste município, atingindo novos patamares de desenvolvimento social e económico, que se assenta, antes de tudo, na reorganização dos serviços municipais para atender as necessidades e expectativas dos munícipes, salubridade das finanças locais através da racionalização das despesas públicas e dos investimentos municipais, bem como a reorganização do processo produtivo local, de modo a garantir melhores condições de vida aos munícipes.

Somos da opinião que o sucesso deste Programa de Governação dependerá não apenas da nossa capacidade de mobilização de recursos e parceiros, mas sobretudo do empenhamento e colaboração de todos sem exceção, mas fundamentalmente do Governo da República, dos agentes económicos locais, das associações comunitárias, das empresas privadas sediadas no município e de uma forma geral de todos os munícipes.